

José Renato Gonçalves é professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde concluiu a Licenciatura, o Mestrado e o Doutoramento em Direito, na área de Ciências Jurídico-Económicas, e na qual tem lecionado diversas unidades curriculares dos vários ciclos de ensino e em pós-graduações, em especial da área de Ciências Jurídico-Económicas (incluindo Economia, Finanças Públicas, Finanças Europeias, Direito da União Europeia, Direito Económico, Direito Internacional Económico, Regulação Económica e Financeira, União Económica e Monetária e Direito Económico e Monetário). Membro do Conselho Científico (desde 2008), do Conselho Académico (2011-2014) e do Conselho Pedagógico (2015-) da Faculdade de Direito, tendo desempenhado os cargos de Sub-Diretor (2011-2014) e de Presidente do Conselho Pedagógico (2016-2018).

Co-fundador, investigador e Vice-Diretor do Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal – CIDEEFF da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, criado em 2014 e acreditado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para reunir os projetos e as atividades de investigação anteriormente desenvolvidos pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) e pelo Instituto Europeu (IE) da mesma Faculdade. Tem colaborado ainda com outros centros de investigação da Faculdade de Direito, incluindo o Instituto de Cooperação Jurídica — na lecionação de cursos pós-graduados em parceria com escolas universitárias de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, bem como com o Centro de Estudos Judiciários de Portugal, entre outros centros e institutos.

Integra o conselho redatorial da *Revista de Concorrência e Regulação / Competition and Regulation Review* e da *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, publicadas pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. *Peer reviewer* de algumas publicações científicas das áreas do Direito, das Finanças Públicas, da Economia e da Regulação Económica, incluindo da *Revista de Direito Administrativo* (RDA) da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, com periodicidade quadrimestral.

Autor dos livros *O Euro: Balanço e Perspetivas* (Almedina, 2019), *O Euro e o Futuro de*

Portugal e da União Europeia (Wolters Kluwer Portugal / Coimbra Editora, 2010), *Acesso à Informação das Entidades Públicas* (Almedina, 2002), e, em co-autoria (com Nazaré Costa Cabral e Nuno Cunha Rodrigues), *After Brexit: Consequences for the European Union* (Palgrave Macmillan, 2017), *The Euro and the Crisis: Perspectives for the Eurozone as a Monetary and Budgetary Union* (Springer International, 2016) e (com Eduardo Paz Ferreira et al.) *Integração e Direito Económico Europeu* (Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2018), bem como de outros estudos inseridos em obras coletivas ou em publicações periódicas, incluindo “Estado burocrático e Estado transparente” (2008), “Regionalismo político e desenvolvimento: Nos 33 anos das Regiões Autónomas portuguesas” (2010), “O Sistema Financeiro e Monetário na Constituição Portuguesa” (2012), “Disposições sobre contratação pública em acordos comerciais preferenciais internacionais” (2014), “Objetivos e limites da política monetária” (2014), “As finanças públicas como ‘nervo’ da autonomia política regional” (2015), “Religião, Direito e Política: relações quase sempre difíceis” (2015), “Trinta anos de Portugal ‘na Europa’: Nem sempre a caminho da prosperidade e da coesão” (2016), “O Euro ameaça, efetivamente, o futuro da Europa?” (2017), “On the continuing tension between efficiency and Justice: the actual foundations of the International Economic Law” (2017), “Justiça Económica e Social” (2019), “[Liberdade de expressão e] Liberdade de imprensa [na Convenção Europeia dos Direitos do Homem]” (2019), “Internacionalização, mundialização e globalização: conceitos ainda em consolidação” (2020), “A Área de Comércio Livre Continental Africana: Implicações de cimeira de Kigali de 2018” (2021), “The international monetary and financial system and the right to assistance from the International Monetary Fundo (IMF)” (2021).

Membro da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) de Portugal, entidade pública independente legalmente incumbida de zelar pelo cumprimento do regime de acesso à informação na posse do Estado e de outros entes públicos.